

Ofício nº 028/2020

Araucária, 23 de março de 2020.

Ao
Prefeito do Município de Araucária
Secretário Municipal de Saúde
C/C ao Departamento de Saúde Ocupacional

Assunto: **Reivindicações do SIFAR frente à pandemia de COVID-19**

Estamos vivendo um momento de transmissão comunitária no país. É fundamental o papel dos serviços e servidores públicos no enfrentamento à pandemia do novo COVID-19. Diante disso, apresentamos as seguintes reivindicações emergenciais para a organização dos serviços públicos, bem como a proteção dos servidores que estão na linha de frente e da população em geral.

O **Sindicato dos Funcionários e/ou Servidores do Município de Araucária - SIFAR**, entidade sindical de primeiro grau registrado sob o CNPJ nº81.711.772/0001-33, vem por meio deste, tendo como modelo as experiências de outros municípios e países, solicitar imediatamente:

1. Dispensa imediata de todos os casos de risco que voltaram ao trabalho no dia de hoje.

Compreendemos a importância de servidores da saúde, segurança pública e trânsito estarem trabalhando. Porém, manter na ativa o grupo de risco, neste momento, é uma medida irresponsável. Coloca esses trabalhadores em um risco desnecessário visto que o sistema ainda não está no limite de sua capacidade. Além disso, devido a sua condição etária e de saúde esses trabalhadores podem desenvolver formas moderadas ou graves de coronavírus, tendo risco a sua vida ou com possibilidade de sequelas. O **trabalho remoto** é o adequado, uma vez que a exposição no contato direto com a população os coloca em grande risco. Caso não seja possível trabalhar remotamente, deve-se realizar a **dispensa do trabalho** destes profissionais a fim de salvaguardar-lhes a saúde. Liberando estes profissionais do contato direto, é evitada potencial transmissão a seus respectivos familiares e outros usuários.

2. CONDIÇÕES DE TRABALHO:

2.1 EPI'S eficientes e em quantidade suficiente para os profissionais e população – precisamos de máscaras N95, em quantidade suficiente para um plantão ou jornada de trabalho, conforme recomendada e não para um mês como notificado pela gestão. Capotes plásticos, proteção para os pés, viseira, óculos de proteção, luvas e toucas. Necessário também um profissional responsável pela colocação e retirada dos EPI's do servidor em atendimento, já que os dados mostram que 20% dos profissionais de saúde da Itália foram infectados quando retiraram esses materiais de proteção.

2.2 Medidas administrativas com vistas a proteção coletiva dos trabalhadores

- 2.2.1 Chamamento imediato de mais profissionais de saúde e de limpeza, em concursos públicos abertos. Escala e revezamento dos trabalhadores de saúde para diminuição do risco de contaminação.** O trabalho dos servidores da saúde e demais áreas emergenciais devem ser elaborados levando em conta o sobre-desgaste do trabalho neste momento e que estes profissionais possam manter sua saúde física e mental por mais tempo tanto para conseguir dar suporte à luta contra a pandemia, quanto viver fora do trabalho. Faz-se necessário o chamamento de novos colegas e escalas com maior distanciamento e revezamento dos trabalhadores em turnos/plantões realizados presencialmente, a fim de realizar recuperação de sua capacidade física, mental e emocional, bem como diminuição da exposição ao contágio viral.
- 2.2.2 Capacitação (atualizada diariamente) e protocolos claros para todos os profissionais de saúde.** Os servidores expõem as dificuldades em saber como realizar o manejo dos usuários suspeitos de COVID-19 e que os protocolos e capacitações ainda não estão sendo o suficiente claros e objetivos para melhor atender a população. O mesmo vale para a campanha de vacinação.
- 2.2.3 Capacitação dos profissionais da limpeza para a higienização adequada.** Os trabalhadores de limpeza são fundamentais pensando em proteção coletiva, por isso são necessários mais profissionais qualificados, bem como o material de higiene suficiente para o seu trabalho.
- 2.2.4 Cancelamento imediato de todas as consultas e exames eletivos com intuito de liberar a equipe de saúde para atendimento aos casos de coronavírus e evitar a circulação da população.**

- 3. Os servidores em geral que não são essenciais nesse momento de risco, em especial os que moram em Curitiba ou região metropolitana e necessitem de transporte coletivo, devem realizar trabalho remoto e/ou dispensa.**
- 4. Trabalhadores da saúde, segurança e urbanismo, que necessitem vir trabalhar, devem ser buscados em casa por transporte providenciado pela prefeitura, sem necessidade de se expor ao risco no transporte coletivo.**

5. REIVINDICAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE MENTAL (CAPSad, CAPSII e SECRIA).

Proposta de organização das equipes de saúde mental para dar suporte aos profissionais e usuários durante pandemia:

Considerando:

- A natureza dos serviços de saúde mental enquanto serviços que são essencialmente coletivos e comunitários e a não indicação de promover aglomerações neste momento;
- A diminuição da demanda presencial nestes serviços devido a orientação de suspender atividades coletivas como grupos e oficinas terapêuticas, bem como atendimentos eletivos (conforme orientações do decreto do dia 17/03).

Propomos além das medidas já encaminhadas pelo DAPS:

- 1) Dar autonomia às equipes de saúde mental para organizarem (se assim avaliarem ser possível) escalas rodiziadas de profissionais por plantão diurno.
- 2) Transporte realizado pela prefeitura dos trabalhadores até o local de trabalho e/ou dispensa dos que usam transporte público.
- 3) Garantir a possibilidade de trabalho remoto para os profissionais da saúde mental que não estiverem escalados para o atendimento presencial, com objetivo de produzir materiais informativos para dialogar com os usuários e informar população sobre pandemia e cuidados em saúde. A comunicação é essencial nesse momento.
- 4) Instaurar uma comissão do DAPS e com representantes de cada serviço para elaborarem formas de suporte aos profissionais diretamente envolvidos na assistência a população durante a pandemia, aos servidores que necessitarem durante o isolamento e aos servidores diagnosticados com COVID-19.

Sendo essas nossas reivindicações no momento, nos colocamos a disposição para diálogo nesse período em que os serviços públicos são, mais que nunca, essenciais para o atendimento a população.



Jocelena Carvalho
Presidente do SIFAR